

A difícil transição

É preciso que todos estejam atentos à circunstância de que não se pode ter certeza sobre a duração maior ou menor da crise política. Até mesmo o prazo de apresentação do relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga eventuais ilicitudes nas ações do sr. Paulo César Farias não se pode afirmar termine no próximo dia 26. Diante do volume de documentos, de novas pistas, de tudo que se queira imaginar necessário buscar para consolidar os indícios que se supõe existir contra o presidente da República — pois é do sr. Collor de Mello que se cuida na CPI —, cogita-se de outra prorrogação. Ora, uma vez publicado o relatório, abrir-se-á a fase das negociações para a apresentação do pedido de impeachment — pedido que todos dão como inevitável. Depois, começarão a correr os prazos legais e regimentais. Depois... depois o presidente da República, sem dúvida alguma, recorrerá ao Supremo Tribunal Federal para sustar o processo. Para isso, como se noticiou, o Planalto se está abastecendo de pareceres. Então, começarão a correr novos prazos.

A questão que se coloca, assim, e deve ser discutida com seriedade e em profundidade, é a seguinte: suportará a economia tais abalos políticos é, sobretudo, poderão as instituições manter seu império sobre as consciências, ou serão abaladas pelas manifestações de rua em favor da renúncia ou do impedimento do presidente da República?

Enquanto a CPI conclui seus trabalhos, é nítida a perda de ânimo que se observa no

Ministério — e queremos referir-nos àqueles ministros que não estão comprometidos com a operação destinada a assegurar votos ao presidente da República na Câmara dos Deputados. Pior que tal perda de ânimo — e mais grave do ponto de vista da tomada de decisões econômicas e para a salvaguarda das instituições — é saber que o ministro da Economia, conforme declarou à televisão em São Paulo, está pronto a dobrar seu quarto no comando do leme da Economia, preparando-se para a hipótese de o pedido de impeachment ser apresentado. Em outras palavras, o ministro Marcílio Marques Moreira começa a estudar providências, mantidas no maior segredo, até mesmo para seus assessores, prevendo a necessidade de intervenções saneadoras.

Qual é o ponto em que se concentra a atenção do ministro Marques Moreira e de toda a sua equipe? A reforma fiscal, sem a qual, conforme integrantes da equipe ministerial deixaram entrever, não será possível à União, em 1993, realizar investimentos, correndo inclusive o risco de ter de atrasar pagamentos ao funcionalismo. Por que a reforma não é votada no Congresso? Em primeiro lugar, porque demorou a chegar, mesmo tendo sido elaborada sem o vagar que presidiu, por exemplo, aquela de que resultou (com as alterações introduzidas depois do Ato Institucional nº 5 e pela Constituição em vigor) a atual política



tributária. Em segundo lugar, porque o “pacote” só poderá ser votado pelo Congresso Nacional depois ou concomitantemente à aprovação de mais de 30 emendas constitucionais. Finalmente, e a esse aspecto se apegam os auxiliares diretos do ministro, porque no Congresso só se fala e se respira “CPI” desde o último fim de semana, o da “batalha das cores”.

Mesmo que se considere que há razões outras para retardar a votação da reforma fiscal, a reclamação da equipe ministerial é justa. A CPI sobre o sr. Farias com seus desdobramentos possíveis domina todas as discussões no Congresso. Lá, assim como nas empresas no que se refere à aprovação de projetos, são poucos os que se animam a fazer funcionar a todo o vapor a máquina parlamentar, paralelamente ao desenrolar dos fatos ligados à CPI. No Senado, por exemplo, o projeto sobre modernização dos portos está sendo examinado e recebeu 52 emendas, mas só se espera uma decisão depois que a CPI terminar seus trabalhos. Ou depois de decidida a batalha do impeachment? Em todas as comissões, nas duas Casas do Congresso, o clima deve ser esse. Agravado, no que se refere à reforma fiscal, pela circunstância de o deputado Benito Gama ser o relator da Comissão Especial incumbida de examinar o projeto do governo do ano passado — o “Emendação” —, as sugestões remetidas recentemente pelo mi-

nistro Marques Moreira e um projeto de reforma de autoria do líder do PST.

Se, em tempos normais, o andamento de propostas complexas como emendas constitucionais demandava tempo (às vezes até excessivo), que não pode acontecer neste período conturbado? Quando as lideranças do governo no Congresso Nacional admitem, como começam a fazer, a possibilidade de não se poder votar a reforma tributária e fiscal este ano, é que ela não será, de fato, votada. Não sendo aprovada, dificilmente o Executivo conseguirá realizar, no próximo ano, as políticas que se propôs, de cujo êxito depende, e muito, o acerto definitivo com a comunidade financeira internacional. Em outras palavras, enquanto o País estiver vivendo o “clima da CPI”, o governo como um todo, Executivo e Legislativo, será atacado de asfixia paralisante.

Este é o quadro para o qual se deve estar preparado, especialmente aqueles que tomam decisões econômicas. Há quem acredite que o mercado já sinalizou os riscos que a todos aguardam, e que este período de turbulência que se avizinha não será mais danoso do que os tempos de agora. É possível, contudo, que assim não seja; então, a sociedade brasileira deverá aprender a conviver, mais do que hoje, com a incerteza. Será aprendizado penoso, mas que terá de ser rápido, pois quanto mais demormos a aceitar conviver com a inexistência de algumas regras precisas, mais dolorosa será a transição entre este período difícil e o próximo, que poucos sabem como será.